
Sarah Iurkiv G. Tibes Ribeiro*

**FRONTEIRA E ESPACIALIDADE:
O CASO DOS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ**

RESUMO: Este artigo tem como escopo analisar questões relativas à espacialidade, compreendida como as maneiras através das quais diferentes sociedades apreendem e estabelecem relações com o espaço. Considera-se que a concepção de espaço de uma sociedade determinada consiste em elemento constituinte e constituído pela mesma, tendo como base seus padrões culturais e a atuação dos sujeitos. Neste sentido, aborda-se, neste estudo, o contato entre espacialidades distintas, ou seja, de setores da sociedade nacional, especificamente migrantes sulistas, e dos Guarani no Oeste, situação que aqui que se define como fronteira interétnica.

PALAVRAS-CHAVE: Espacialidade; Índios Guarani; Fronteiras interétnicas.

ABSTRACT: This article has as target to analyze questions relative with idea of space, understood as the ways through which different societies apprehends and establishes relations with a specific place. It is considered that conception of space of a society consists in a important element of its culture. Thus, it is approached in this study, the contact between distinct forms to understand the space, or either, of sectors of the national society and of the Guarani in the West. Situation that here that it is defined as interethnic frontier.

KEYWORDS: Idea of space; Guarani indian; Interethnic frontier.

Data de recebimento: 06/08/07. Data de aceite para publicação: 04/09/07.

* Professora do Colegiado do Curso de História da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon (Graduação e Pós-Graduação). Endereço eletrônico: sarah@fsnet.com.br — sarah1401@hotmail.com.

Este estudo visa estabelecer particularidades na historicidade do povo Guarani, em face de peculiaridades espaciais, temporais e contextuais, dando a entrever, ao mesmo tempo, a relevância da presença e participação desse povo na configuração étnica e social que distingue o Oeste do Paraná. Neste sentido, e diante do imperativo de definir balizas para a abordagem, sob risco de incorrer em superficialidades, este trabalho tem como escopo esboçar a relevância do espaço e do território enquanto elementos constituintes e constituídos culturalmente e, em decorrência, analisar, especificamente, uma das possibilidades de abordagem da noção de fronteira, ou seja, a fronteira interétnica, tendo como referência para a análise os padrões de espacialidade guarani e as formas através das quais tais padrões se concretizam entre os Guarani no Oeste do Estado do Paraná. Em consonância, apreciam-se facetas do processo de internalização/elaboração/significação de algumas, das múltiplas, situações de contato vivenciadas por esses índios ao longo do seu devir nesta região, marcadamente após a década de 1940.

Cabe mencionar que as questões desenvolvidas neste ensaio remetem a alguns resultados obtidos através de criteriosa pesquisa, para a qual se fez uso de documentação escrita, bibliográfica e, sobretudo, de fontes orais. As ponderações relativas a aspectos da dinâmica interna desse povo indígena, particularmente, padrões de espacialidade e elaboração e/ou internalização de situações de contato interétnico encontram substrato no longo período de trabalho de campo, aproximadamente quatorze anos, que se realiza até o presente entre os grupos guaranis situados no Oeste do Paraná. A atividade de campo, sintetizada em aproximação, convivência, conversas, coleta de entrevistas, produção de fontes orais, elaboração de diários de campo, dentre outros, fundamenta-se em referenciais teóricos e metodológicos consistentes, tanto quanto em exame da documentação escrita e bibliografia, os quais são alvos de constante reflexão, aprofundamento, acréscimos e reformulações, tendo em vista as questões postas pela realidade em apreciação.

No que tange às fronteiras interétnicas, considera-se que são passíveis de identificação em, pelo menos, três situações. Em primeiro lugar, há as determinações de cunho geográfico, circunstâncias nas quais limites territoriais são fixados pelos poderes estatais, ao mesmo tempo em que se processam a interpretação, a apropriação e a adaptação dos indígenas a essas balizas; em segundo, as interações entre grupos indígenas, neste caso específico, os Guarani, e as várias frações da sociedade nacional que se sucedem no Oeste paranaense

desde a década de 1940; e, em terceiro, mas não menos relevante, é essencial destacar a existência de demarcações espaciais intrínsecas ao mundo de significações dos Guarani, apenas que outras, com sentidos diversos, motivando o sentimento de posse sobre territórios específicos.

Por fim, é válido afirmar que as fronteiras, podendo ter contrapartidas territoriais, são, sobretudo, culturais. Consistem em circunstâncias que intervêm nas propriedades assumidas pela auto-alteração de um grupo em particular, em função da interação do mesmo com os outros. A fronteira étnica traz em si uma organização complexa de relações sociais e comportamentais, visto que, ao qualificar os interlocutores ocasionais como estrangeiros, impõe limites na compreensão comum, ou seja, “diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo”¹.

A conservação das diferenças, malgrado os intercâmbios, permite que os grupos étnicos persistam como unidades significativas, fator relevante, uma vez que, em conjunturas nas quais sociedades portadoras de pautas culturais diversas estão em relação, é provável que as distinções sejam progressivamente reduzidas, já que a aproximação simultaneamente demanda e cria uma mútua compreensão do outro. Desta forma, a permanência de sociedades em conexão, enquanto elas próprias, requer uma estruturação do contato que comporte a manutenção das especificidades culturais.

Ressalte-se que o norte para as reflexões enunciadas neste estudo são a densidade e a longevidade da presença guarani nesta região, destarte, entende-se a imprescindibilidade de corroborar esta assertiva com base em documentos. Dentre as fontes escritas passíveis de consulta, tributárias na ratificação do Oeste paranaense como parte do território tradicional dos Guarani, especificamente dos subgrupos Mbɛá e Nandeva, a mais expressiva é uma Escritura Pública de Declaração², documento que traduz os resultados do trabalho arqueológico desenvolvido pela equipe do Professor Igor Chmyz, autorizando o acesso a um vasto cabedal de informações organizadas referentes à presença dos Guarani nestas terras. O professor Igor,

¹ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 187-196.

² **Escritura**. Título: Escritura pública de declaração. Assunto: Registro de conclusões de achados arqueológicos. Data: 06.02.1990. Registro no 12º Tabelionato de Curitiba/PR. Dr. Epaminondas Faria de Macedo Filho. Emitente: Prof. Dr. Igor Chmyz.

Professor Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR, hoje aposentado, coordena durante o período abrangido pelos anos de 1975 a 1983 o Projeto Arqueológico Itaipu³, resultante de um convênio firmado entre a Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Adotando como suporte documental os dados contidos na Escritura, é lícito reconhecer que, desde tempos imemoriais, diferentes parcialidades Guarani habitam os limites hoje definidos como região Oeste do Paraná. A pesquisa arqueológica alcança épocas extremamente remotas. Não obstante, em virtude da circunscrição temporal determinada para este ensaio, avalia-se pertinente restringir as atenções para etapas mais recentes.

Deste modo, inicia-se com uma breve explanação relativa ao final do século XIX. Neste momento, alega-se haver a intenção por parte do Governo Imperial em nacionalizar estes sítios, submetendo-os aos ditames dos poderes centrais. Os propósitos de abasileiramento se mostram no mínimo incongruentes, uma vez que o Estado inaugura seu suposto propósito de nacionalização destas fronteiras através da concessão de terras da região a companhias estrangeiras, empresas que, caracterizadas pelas atividades extrativistas e predatórias, empregam em grande parte mão-de-obra Tupi-Guarani, num regime de semi-escavidão. Segundo Chmyz, tal forma de contato leva a uma “desestruturação social e cultural acentuada”⁴.

Sublinhe-se que o povoamento efetivo desta região por trabalhadores nacionais acontece entre os decênios de 1940 e 1960, aproximadamente, sendo levado a efeito através da atuação conjugada dos poderes estatais, companhias colonizadoras e migrantes sulistas, de ascendência germânica ou italiana. Os procedimentos dessas empresas, com destaque para a Maripá, são cuidadosamente planejados, projetando-se aspectos que vão desde a estrutura fundiária mais adequada até o elemento humano ideal para habitar estes confins, perante o propósito de fazer deste setor partícipe e colaborador do progresso do país⁵.

³ CHMYZ, Igor et al. (Coord.). **Projeto Arqueológico Itaipu: relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN, 1987. 7 vol.

⁴ Id. doc. 06.02.1990: 2.

⁵ Pode-se encontrar informações sistematizadas sobre a chamada colonização recente do Oeste do Paraná em RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2002.

A Maripá, particularmente, serve-se em larga escala da mão-de-obra dos grupos nativos para edificar a infra-estrutura apropriada para recepcionar os pioneiros. Todavia, como os indígenas não constam nos planos da Companhia, eles devem ser retirados do local, dentre outros motivos, pela renitência dos colonos em viverem nas cercanias de sítios ocupados por índios. A remoção se dá de forma violenta, forçando muitos núcleos familiares a buscarem refúgio nas matas ínvias ou migrarem para outras áreas guaranis no Paraguai ou Argentina.

É interessante observar que, estabilizada a colonização, os Guarani, pouco a pouco, regressam, assentando-se nos escassos lugares livres da presença dos conquistadores, reconstruindo espaços, instalando aldeias e perambulando pelo interior do território que acreditam ser seu. A insistência em permanecer no Oeste, a despeito da espoliação territorial que os atinge, resulta numa relativa aproximação com o entorno. Desta forma, caminham pela região e ocasionalmente trabalham como bóias-frias para os proprietários rurais:

Parava na aldeia uma semana, duas, um mês, um ano, mas eu sempre saía trabalhar fora, porque a gente se acostumava mais trabalhando pras fazendas. Ficava morando nas fazendas, mas não mudava pra lá, fazia um barraco de lona, até terminar o serviço e daí voltava pra aldeia. Eu até agora me lembro ainda que na Jacutinga tinha bicho pra caçá, tinha peixe, a gente nessa hora não se preocupava em ir lá pra cidade, pra achar alguma coisa, nessa hora o pessoal trabalhava numa rocinha, carpia pra plantar melancia, pra plantar alguma rama, era assim. E aonde nós ia não tinha muita preocupação com parte de documento, é não tinha essas preocupação. Tudo era liberdade, Pato Bragado, lá pra Marechal Rondon, lá pra Guaira, Porto Mendes, por ali cheio de índio era. Não havia muitos brancos ainda e trabalhava nas lavouras que tinha. Desde onze anos que eu comecei a trabalhar, eu trabalhava com a foice, com o machado, mais ou menos de 1969 a 1973 não tinha muita motosserra, então nós roçava o mato e derrubava com o machado pro patrão. Aqui em Santa Helena, lá pra Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, era mato, não era assim trigo ainda, era mato. Tem bastante mato ainda naquela época, e ali nós trabalhava, e índio andava sem documento⁶.

⁶ **Depoente:** SOUZA, José Duarte de. Idade: 48 anos. Data: 06.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: português e guarani. Local: escola da área indígena de Santa Rosa do Oco'y. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

É possível perceber a magnitude do significado, para a sociedade indígena, da utilização indiscriminada e, muitas vezes, compulsória de sua força de trabalho por meio do Projeto Arqueológico Itaipu, mais especificamente em sua fase Assuna. As averiguações concernentes a esta fase remetem à investigação do espaço geográfico situado à margem esquerda do rio Paraná, entre a cidade de Foz do Iguaçu e a margem esquerda do rio São Francisco Falso, com extensão aproximada de setenta quilômetros. O professor Igor assegura que esta área de dispersão coincide com informes de José Maria de Brito, cronista da expedição fundadora da Colônia Militar, datada de 1889: “Segundo Brito, a costa do rio Paraná, da foz do rio Iguaçu até 72 km acima era ocupada, no momento da fundação, por poucos brasileiros e muitos índios e estrangeiros”⁷.

As pequenas propriedades agrícolas, progressivamente disseminadas a partir de 1940 e dedicadas, principalmente, à policultura e suinocultura, cedem espaço, após as décadas de 1970 e 1980, às lavouras mecanizadas. A mecanização agrícola tem como finalidade capital a produção voltada para a exportação, distinguindo-se por uma forma de ocupação do espaço que praticamente inviabiliza a coexistência com outros segmentos populacionais. Diante disto, os grupos nativos esparsos da fase Assuna acabam por ser desalojados.

Reputa-se que os elementos demonstrados pela Escritura legitimam a afirmativa de que o Oeste consiste, desde os tempos mais longínquos, em parte do território tradicional guarani, do mesmo modo que parte de seus deslocamentos devem ser imputados à expansão de uma sociedade impositiva e excludente, para a qual uma sociedade originária, os Guarani, representa um obstáculo a transpor ou eliminar.

Cabe salientar que, no Oeste paranaense, os Guarani consideram como seu território tradicional a extensão a separar as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, às margens do rio Paraná e seus afluentes, compreendendo aproximadamente 20.000 quilômetros quadrados. O avanço da sociedade nacional, em suas diferentes fases de expansão, no entanto, restringe, sobremaneira, os lugares nos quais lhes é permitido reconstruir espaços ou simplesmente caminhar.

O cerceamento paulatino dos locais passíveis de ocupação pelos indígenas faz com que estes se dirijam à beira do rio Paraná, instituindo aldeias nas bordas de alguns de seus afluentes, provavelmente desde os anos de 1960, “compondo o tekohá guasu de Jacutinga, formado por grupos familiares assentados nas margens dos rios Jacutinga, Oco’y,

⁷ Id. doc. 06.02.1990: 2.

Guaxirô, Guaxirô'y, Bela Vista, Pirito, Passo Kuê e Porto Irene⁸. Outra tipologia de fonte a confirmar a constância da presença guarani na região, são os depoimentos dos próprios índios:

O colono vai chegando devagarinho e depois foi aumentando, e ele faz o que ele quer. Veio polícia, queima casa tudo, até que eu tenho foto daquele tempo, mas eu perdi foto que queimo a casa. Era aquela fumaça que sai e tiroteio (...) tá louco (...) assusta tudo. Morreu índio também. Meu pai morreu (...) morreu de bala, acertou na cabeça. Daí que eu saí um pouco, fiquei uns oito ano no Paraguai, daí voltei de novo, voltei ali na área que chama Guarani, é uma área grande perto de Foz do Iguaçu, só que o branco tá cheio demais, quando chega lá em 60, 70 já tá cheio de branco lá⁹.

Os representantes da sociedade nacional que assolam estas paragens assumem faces variadas, de acordo com o contexto em que estejam inseridos, tendo em comum, no entanto, a apropriação desordenada de terras indígenas. Desta forma, o assentamento de aldeias, bem como a materialização de sua espacialidade típica, fazem-se cada vez menos exequíveis. Observe-se que o surgimento das frentes de expansão implica na limitação inexorável dos terrenos onde é permitido aos nativos permanecerem, compelindo-os a se fixarem ou perambularem pelo interior dos parques lugares ainda livres da presença de não-índios, levando os Guarani a transformarem esses recantos em seus novos espaços.

Com a finalidade de proceder aos estudos preliminares necessários para viabilizar a construção de uma usina hidroelétrica de tal porte nas imediações, em 1977, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio - institui um subgrupo de trabalho com a meta de averiguar as condições fundiárias locais e a eventual presença de elementos originários. Dentre outras implicações, o desempenho do comitê remete ao reconhecimento oficial da existência de grupos nativos no Oeste, bem como sua conseqüente transmutação em índios brasileiros¹⁰, tutelados do Estado-nação.

⁸ **Laudos.** Título: Laudo antropológico. Assunto: Laudo sobre a indianidade dos Guarani e legitimidade da reivindicação dos 1500 hectares. Data: 14.10.1995. Local: Rio de Janeiro. Emitentes: Rubem Thomaz de Almeida (antropólogo)/FUNAI/ITAIPU.

⁹ **Depoente:** CENTURIÃO, João. Idade: cerca de 85 anos, Data: 13.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: português e guarani. Tradução: Justino Duarte de Souza. Local: casa do depoente na aldeia do Oco'ê. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

¹⁰ Categoria genérica e uniformizadora imputada aos povos originários do continente americano situados em território nacional através da legislação indigenista brasileira, definida através do Estatuto do Índio e Constituição.

Há que ressaltar a conjuntura na qual está inserida a atuação do subgrupo mencionado, ou seja, o reconhecimento do terreno em razão da edificação de Itaipu. Sendo assim, a descoberta dos Guarani nestas terras é percebido pelos poderes institucionalizados, corporificados em Itaipu e FUNAI, como um obstáculo a transpor de modo a evitar que o estar desses índios no Oeste represente embaraços mais sérios para os propósitos imediatos do Estado-nação, ou seja, a construção da Hidroelétrica, empregando-se os mais diversos artifícios no intuito de desapossá-los dos ínfimos recônditos em que ainda permanecem, não obstante o caráter impositivo e excludente das frentes de conquista que assolam estes sítios desde os anos de 1940, aproximadamente.

Pressionados pelos agentes da Binacional para que se retirem prontamente dos locais que habitam, os Guarani se vêem compelidos a firmar uma espécie de tratado com a Itaipu e o órgão tutelar. Por meio deste acordo, a Empresa cede aos índios um terreno com dimensões de 251,15 hectares, demarcado pela FUNAI como reserva indígena. Tem-se, então, a Área Indígena de Santa Rosa do Oco'ç, para a qual o grupo é remanejado em meados de 1982, ocasião em que o reservatório da Usina ainda não está formado:

O cacique falou assim, que os brancos chegaram lá em Jacutinga, e retiraram, pegaram os índios e colocaram no caminhão. Os índios não sabiam pra onde que os brancos tinham levado eles, mas na realidade a ITAIPU já tinha essa reserva aqui preparada, sem contar pros índios, e esse pessoal da ITAIPU trouxeram eles aqui. Só que eles não sabiam pra onde que eles tavam sendo levados. Ele falou que todo mundo resolveu de vim com ele, que os índios tinham confiança no cacique porque era cacique, e também os índios pensaram que ia pra outro lugar. Mas na verdade nem o cacique não sabia pra onde eles tavam indo. Ele falou que na mudança, ele não sabia pra onde ia, ninguém comunicou ele, que ele ia pra outra terra ou pra outro lugar, ele não sabia, mas na chegada aqui os brancos explicou pra eles que aquela terra onde que eles moravam antigamente ia ser, ia ficar embaixo da água, e a troca daquele lugar era esse aqui...¹¹.

A mudança para a condição de tutelados, acrescida ao confinamento num espaço restrito, do qual há severas restrições para

¹¹ **Depoente:** MARTINS, Fernando. Idade: 85 anos. Data: 13.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: guarani. Tradução: Justino Duarte de Souza. Local: próximo à casa do depoente na aldeia do Oco'y. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

se ausentar, conduz o coletivo a incontáveis tentativas de comunicação com representantes dos órgãos governamentais responsáveis pela sua fixação no Oco'ç. Durante longos anos, ambos os organismos repelem todos os ensaios de entendimento que os índios levam a efeito, desobrigando-se explicitamente de acatar quaisquer reivindicações, seja por uma área maior e mais adequada ao modo de viver dos Guarani, postulado constante, seja por benfeitorias, o que raramente se solicita. Os emissários do poder validam sua atitude, alegando que a Reserva é dotada de dimensões superiores às do terreno que os nativos ocupavam anteriormente, sublinhando que a escolha do local de assentamento é realizada pela própria comunidade. Avalia-se que a exegese do depoimento que segue torna lícito escarnecer da insistência dos nuncios da Usina e da Fundação sobre a tal escolha voluntária:

Eles deram esse pedacinho, porém ninguém saber, levou um documento, assina aqui, o cacique assinou lá, e voltou lá, e disse que tinha pego a área, mas a comunidade não sabe se era grande ou pequena, ou qual é o tipo de área, a gente não sabe. Mas já tinha (...), o cacique já assinou, e no documento fala que só essa terra, só essa terra, não tem maior, não tem mais incomodação. Então por isso que o cacique foi enganado, e até nós também fomos enganados, mas (...) mesmo isso eles prometeram de ajudar durante 25 anos a comunidade, mas só que a gente não tem interesse de pegar as coisas a troco de terra. É melhor a gente lutar e deixar a coisa mais pra diante. É por isso que a gente começou a brigar com Itaipu, ela deu o pedaço aqui. Nós viemos aqui era 08 de junho do ano 1982. Era aqui no Oco'y, começou. Vai fazer dezoito anos aqui. Então na época não tinha o lago. Onde é o lago tava cheio de erva-mate, a gente andava por ali, caçava, pescava, a gente não sabia (...) um homem falou assim que essa árvore que tá na terra baixa não vai aparecer nem a ponta, tudo vai ser água. A gente nem acreditava. Aí então começou a briga, e daí nós queremos recuperar aqueles 1500 hectares que tinha em Jacutinga, que era a divisa o rio Oco'y.¹²

Assiste-se, a partir de então, à mobilização e resistência dos Guarani, através das mais diversas formas, no intuito de recuperar a terra subtraída, um local em que possam viver conforme o bom modo de ser legado pelos ancestrais. Após aproximadamente quinze anos de

¹² **Depoente:** PEREIRA, Casimiro Tupanembi. Idade: 40 anos. Data: 01.06.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani. Local: Posto da FUNAI, em Santa Rosa do Oco'y, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

conflitos com os emissários de Itaipu e FUNAI, a sociedade indígena recupera uma parcela daquele que concebe como seu território tradicional. Trata-se da aquisição, com recursos da Hidroelétrica, de um terreno de 1744 hectares, situado no município de Diamante do Oeste, cedido, então, para a FUNAI com a finalidade de ser demarcado oficialmente como Área Indígena e habitado pelos Guarani no Oeste. Embora se tenha ciência de que permanecem inúmeras pendências entre os indígenas na região e certos agentes do Estado-nação, opta-se, de modo a evitar incorrer em superficialidades, em circunscrever a abordagem à devolução aos Guarani de uma parcela do seu território ancestral.

Dentre as formas de mobilização referidas, sublinhe-se o relevo assumido pela composição e divulgação, em termos de discurso, de um ser Guarani, uniforme e harmônico, destituído de contradições, disputas internas ou hierarquizações. Empregam-se, propositadamente, sinais culturais distintivos que, atinentes à rede de significados, muitas vezes, já não tem mais relevância na ordem atual do grupo, mas são enfatizados por corresponderem ao que é lugar comum qualificar como índios. Deste modo, entende-se que a afirmação consciente de uma coesão cultural, alicerçada no mundo de significações da sociedade, é a maneira básica através da qual os Guarani refutam as imposições arbitrárias a que são submetidos pelos poderes instituídos. Assevera-se, por conseguinte, que o sistema de valores imanente a um grupo étnico é a instância que o habilita a reagir perante as vicissitudes que lhe são infligidas pelas esferas dominantes, reelaborando-as ininterruptamente, permitindo perceber que as diferenças entre o povo indígena e o entorno, longe de serem extintas, são, isto sim, constantemente reformuladas.

Avalia-se, outrossim, que as contingências a atingir a comunidade Guarani no Oeste explicitam o que se passa em outras regiões do Brasil, quando frações da sociedade nacional se apossam indiscriminadamente de terras indígenas. Diante disto, esses povos são percebidos como reles obstáculos a remover, restando-lhes como alternativa sobreviverem acossados em pequenas parcelas dos seus territórios tradicionais.

Considera-se haver elucidado os fundamentos que levam a apreender uma parcela significativa do Oeste paranaense como fração do território guarani desde tempos imemoriais, ao mesmo tempo em que, nesta região, a disponibilidade de espaços a vivenciar por esses índios é reduzida radicalmente à medida que sobrevêm as frentes de expansão ou, supostamente, o progresso. Nessa direção, faz-se relevante apreciar alguns dados concernentes aos padrões de espacialidade da

sociedade originária, ponderando-se que os lugares preferidos pelos Guarani para se estabelecerem são dotados de particularidades relativamente constantes.

Deste modo, Meliã¹³ certifica que há uma conformação geográfica típica, fora da qual é improvável que se deparem com os Guarani, a não ser numa conjuntura de crise de quaisquer ordens. Saliente-se que a retenção em terrenos específicos é elemento constitutivo do modo de ser deste povo, entendendo-se que sua vivência está vinculada diretamente, nunca liberta, nem abstraída, das condições da terra.

O espaço guarani, locus da reprodução das relações sociais e, em conseqüência, da própria sociedade, decorre, a priori, da escolha de um lugar pleno de estabilidade, dotado de características determinadas. O espaço é, portanto, o lugar praticado, instância na qual a sociedade se materializa, produz-se e se reproduz, bem como confere a si própria inteligibilidade, levando em conta vetores de direção, velocidade e a variável tempo¹⁴:

O espaço a ser habitado representa sempre uma parte da natureza que deve ser humanizada, culturalizada, tornado em morada dos homens e das divindades (...). Mas ao fazê-lo, os Mbýá não se colocam como alguém fora da natureza, mas alguém que exerce uma função culturalizante sobre a natureza, ao mesmo tempo em que é parte indissociável da natureza que deve ser culturalizada. A natureza recebe os contornos sagrados a partir da intervenção da cultura, ou da ação humana, sobre ela¹⁵.

No que tange às especificidades intrínsecas à espacialidade guarani, evidencie-se que esta implica em aldeias relativamente distantes umas das outras, compostas por habitações e parcelas para cultivo não muito próximas entre si. Visualize-se, portanto, a dificuldade dos Guarani para validar sua forma própria de ocupação do espaço diante do avanço inexorável das frentes de expansão, nas diversas faces que assumem no processo de conquista do Oeste. Ao mesmo tempo, perceba-se o quanto a relação específica que esses índios mantêm com o espaço é conveniente para os agentes do Estado-nação, imbuídos do sistema de valores de uma sociedade moderna que

¹³ Meliã, Bartolomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. In: **Revista de Antropologia**, n. 33, 1990, p. 33-46.

¹⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I.

¹⁵ GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 1997, p. 160.

desqualifica qualquer forma de organização territorial que entendam como ociosa. Essa concepção autoriza aos núncios dos poderes institucionalizados, caso seja oportuno, ignorarem a existência dessa sociedade indígena em tempos e lugares determinados. É o que se pôde verificar ao tratar da chamada colonização recente do Oeste, bem como do episódio que circunscreve a edificação da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional nestas paragens.

Reitere-se que, à medida que o Oeste paranaense é inserido às esferas do Estado- nação, conforme enunciado a princípio, marcadamente desde fins do século XIX, perpassando a fase que se costuma designar como colonização recente da região por migrantes sulistas, até a construção de Itaipu, a disponibilidade de espaços a vivenciar pelos Guarani é reduzida radicalmente.

A primeira aldeia principal era lá em Cataratas. Lá começou a aldeia, e começaram as famílias a aumentar, aumentar, e daí se espalharam, veio mais pra cá (...) tem lugar que se chama Mboyací, tinha um rio ali, então iniciou outra aldeia e vindo pra cá. Quem contou a história também não lembra que ano que foi. Mas só que começou a segunda aldeia foi em Mboyací. Terceiro começou ali em Guarani, e aí nas Três Lagoas, e assim vindo pra cá. Ali no Barro Preto também outra aldeia, e no Passo Kuê, no Jacutinga, aí no Itacorá, depois em Santa Helena tinha aldeia, mais pra cá tem outra aldeia (...) diz que tinha muita aldeia nessa região, até em Guaíra tinha uma comunidade também. Pelo que a história foi contada naquele tempo vivia com a natureza, comia raiz, fruta, água limpa, não é como hoje. Os Guarani diminuiu por causa que na época da colonização abria estrada, colonizava a terra, e começando mandar correr índios das casas, se não quer deixar casa, queimava casa, quem não quer sair matava. Por isso que diminuiu muito a comunidade. E a história foi essa.¹⁶

Os Guarani, longe de serem nômades, são itinerantes ou caminhantes por excelência. Esta particularidade da sociedade não impede que a agricultura encerre um papel de extremo relevo na subsistência dos grupos. Pelo valor que o labor agrícola assume para a sobrevivência dos coletivos, a fertilidade do solo é mais significativa do que as probabilidades de caça, pesca ou coleta verificadas em determinada área. Como horticultores que são, portanto, estes índios procuram para viver e, em efeito, para constituir em espaços guaranis, lugares em que a terra seja dotada de qualidades que facilitem a lida

¹⁶ Dep. PEREIRA, 01.06.2000.

¹⁷ MELIÀ, op.cit.

na lavoura, permitindo uma maior produtividade¹⁷. A peculiaridade de eternos andantes faz com que não se fixem indefinidamente nos lugares, criando e recriando espaços continuamente. Antes de tudo, todavia, o perambular denota a produção e a reprodução do mundo com base no movimento: “Ao caminhar, o mundo é ampliado (...) sem fronteira, em construção e podendo ser constantemente expandido”¹⁸.

Formando-se aldeias, estas se distinguem por uma distância razoável entre as habitações e as partes destinadas ao cultivo. A unidade aldeã manifesta-se em instâncias variadas com a função específica de concentração da vida coletiva, como a casa de reza, por exemplo, e a realização de diversos rituais em comum, bem como as relações de reciprocidade, dentre outros:

Quem saía trabalhar lá pra Cascavel, Medianeira, Pato Bragado, Itacorá, quando terminava o serviço, voltava pra área de Jacutinga. Então lá tinha cacique, tinha nossos avós mais antigos morando lá, nunca saíram de lá. Então as pessoas novas saem para trabalhar pro colono, pro fazendeiro, e quando termina o serviço lá pra fora, volta pra aldeia. E assim andava, trabalhava quebrando milho, carpia soja, eu tinha muito serviço. Fui até um pouco lá pro Paraguai também atrás do serviço. Porque índio Guarani era assim, onde aparece patrão, eu te pago tanto, vamos lá trabalhar, um mês, dois meses, quinze dias, e vem de novo, era assim¹⁹.

Ademais, a mobilidade guarani está circunscrita por uma configuração territorial específica, concebida como um movimento cíclico que tem como fundamento elementos culturais, sociais e econômicos. Afirma-se, portanto, que o perambular pelo interior de um espaço determinado, ou seja, a circularidade peculiar ao seu movimento, consiste na mobilidade exercida pelo grupo no interior de um setor conhecido e delimitado culturalmente, entendido como território. Neste sentido, pondera-se que as sociedades em geral necessitam de referentes espaciais de maneira a viabilizar o próprio significado da sua existência, ou seja: vivenciando o espaço, as sociedades constituem seus territórios.

Caminhando, o Guarani realiza o que Certeau²⁰ denomina como “a arte de fazer o espaço”, aleatoriamente pondo em xeque e atualizando uma ordem regional instituída, bem como seu conjunto de possibilidades

¹⁸ GARLET, op. cit., p. 156.

¹⁹ Dep. SOUZA, 06.07.2000.

²⁰ CERTEAU, op. cit., p. 200.

e proibições. A arte de transformar lugares, a partir de práticas microbianas e singulares, possibilita a consolidação da espacialidade dos Guarani. Os caminhantes, nas suas idas e vindas, variações e improvisações, alteram injunções territoriais, permitindo partidas e regressos, com a função itinerante de propagar e manter vivas as memórias dos antepassados.

A espacialidade guarani não se distingue por um caráter impositivo, o que se exprime pela disposição de compartilhar com interlocutores diversos um território que concebe como seu. Esta abertura para o outro, ou melhor, para a história, inerente à teia de sentidos desses índios, permite que a sociedade reconstrua seus espaços nos mais ínfimos recônditos onde isto ainda seja possível. Faceta perceptível, por exemplo, através da maneira como retornam à região e vivificam os raros locais em que ainda lhes é permitido permanecer, isto tudo após terem sido expulsos destes sítios em virtude da fixação dos migrantes sulistas, elemento humano típico da chamada colonização recente do Oeste. A despeito das interações constantes com diferentes agentes do Estado-nação e as auto-alterações decorrentes, os Guarani persistem em sua singularidade e até mesmo numa espécie de insularidade, olvidando que não existem mais as mesmas condições de concretização da espacialidade de outrora. As suas palavras sobre o espaço, ao rememorarem-no, desgastam seu significado primário e real, fazendo nascer uma geografia poética que o atualiza e recria, constantemente.

Nos relatos dos Guarani a respeito de sua vivência no Oeste, transparece a idealização de um passado sonhado. Delineia-se um lugar em que há uma ordem definida, com regras claras atinentes às relações de coexistência entre os componentes dos grupos presentes, excluída qualquer probabilidade de que elementos internos ou alógenos interfiram nas maneiras de viver e organização de cada coletivo. É a plenitude da estabilidade:

A gente gostava de viajar ou visitar parente porque naquela época tinha muitas frutas, tinha riqueza, tinha peixe, e sempre os índio Guarani faziam festa. Nós a cada tempo tinha uma reunião, uma festa e ia a pé. Ficava lá três, quatro dias, uma semana, um mês até, depende, então voltava de novo pra outra área. Às vezes, um vinha, pegava semente de milho, levava pro vizinho lá longe, ou busca de lá. Então a gente leva o balainho, uma bolsa, o cachorrinho junto e buscava semente noutra área e levava mensagem do pajé junto, pajé mora também num lugar, o pajé vai lá fazer a festa²¹.

Espacialidade, todavia, representa o lugar praticado, o que traz em si transformações, acentuadas pela intervenção cada vez mais efetiva da sociedade nacional sobre terrenos outrora guaranis. A despeito das adaptações do corpo social às interferências e expropriações, a verdade é que o presente tem infligido à sociedade indígena um universo de fragilidade e perdas. Quando o Guarani rememora, entretanto, expressa uma terra quimérica, perfeita, na qual há abundância de milho e liberdade para caminhar. Ele procura neste passado os elementos de compreensão, de construção e, porque não, de manipulação do hoje.

Os discursos constroem os espaços por meio das falas dos sujeitos históricos, exercendo a função cotidiana e móvel de demarcação de fronteiras, analisando-se que as mesmas são compostas de fragmentos tirados de histórias anteriores e conjugadas num todo único. Assim, formam-se os mitos, reputando-se que as palavras são atos culturalmente criadores de espaços²²:

Eu tenho certeza que Guarani tinha antepassado que foi perdendo a terra. Eu penso assim porque quando eu morava lá em Guaíra, trabalhava por lá, tinha mais ou menos quinze anos. Naquela época tinha muito Guarani, ali tinha muitas pessoas e tudo Guarani. E ninguém falava pra nós, lá não podia fazer fogo, lá não podia cortar madeira, você não podia ficar lá, ninguém falava assim pra nós. Então era liberdade pra nós, naquela época era liberdade pra nós²³.

O espaço implica na realização prática do modo de ser e viver dos Guarani. Importa dizer que todos os aspectos da vivência desta sociedade são plenos de transcendência ou religiosidade.

O exercício adequado desta dimensão é determinante para o bom andamento das relações familiares, políticas, sociais e de subsistência. A obediência aos ensinamentos dos ancestrais assegura abundância de caça, pesca e, principalmente, colheitas fartas. Casimiro afirma que o Deus faz com que a família tenha abundância de alimentos, qualquer que seja o significado que Deus assuma para ele:

Quando o meu pai plantava arroz, feijão, feijão de vara, tudo isso, ele pega com a mão a vara de madeira, finca no chão, daí abre a terra, fazendo um oco ali. Tirava de uma sacolinha na

²¹ Dep. SOUZA, 06.07.2000.

²² CERTEAU, op.cit.

²³ Dep. SOUZA, 06.07.2000.

base de quatro sementes, ele já fala pro Deus: você tá vendo tudo que eu vou plantar, que não é só pra mim, é pra todos os meus comer. Mas agora, se a gente não pensar com gosto, às vezes vem seca, não chove mais. Muitos anos atrás se plantava, meu pai ficava assim olhando, ensinando a gente plantar, mas só falando com Deus, e aí dá muito milho, uma espiga dessa que não consegue comer tudo, porque o Deus ajuda, dá poder, dá proteína, o Deus mesmo ajuda.²⁴

Outro fator a referir ao abordar a espacialidade guarani é sua situação circunstancial no interior de uma demarcação territorial, política e administrativa fixada pelo Estado-nação. Em outros termos, fazer menção aos Guarani no Oeste do Paraná, ou seja, na região Oeste da Unidade da Federação denominada Estado do Paraná, não significa, em absoluto, afirmar que os Guarani entendam a mesma como um limite simbólico relativo à sua própria cultura.

Isto se revela ao tratar da mobilidade atinente a esse grupo indígena, para o qual fronteiras artificialmente definidas pelos países latino-americanos têm seus significados por vezes re-elaborados e se, conveniente, aparentemente assimilados. Eis a razão da opção pelo Oeste como marco espacial responde à necessidade de estabelecer balizas de análise histórica.

Destarte, a reflexão a que se procede acerca da densidade e longevidade da presença dos Guarani na região tem como base a apreciação do seu estar em um lugar determinado. O suporte para esta reflexão é a idéia de situação proposta por Mariza Peirano²⁵. Estar situado para a autora indica uma presença de caráter contingente, caracterizando uma ação, ou o ato de situar. O situado não é definido pela situação, pelo contrário, ele a define, definindo o que conta como situação. Neste sentido, o Oeste só é parte da situação histórica da sociedade Guarani porque essa região é um dos objetos do trabalho ativo de posição em situação realizado por estes índios.

Insiste-se em sublinhar que a delimitação territorial eleita como palco para investigação consiste numa mera ficção político-administrativa instituída pelo Estado-nação. Sendo assim, embora haja o reconhecimento de que a localização dos Guarani nesta circunscrição determinada implique em eventuais re-elaborações no seu modo de ser e viver. A presença indígena não é tratada de maneira naturalizada, tal qual fossem os Guarani do Oeste, ponderando-se, isto sim, acerca

²⁴ Dep. PEREIRA, 01.06.2000.

²⁵ PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: Editora UNB, 1992.

de como os índios situam-na e se situam na região.

Reitera-se, neste sentido, a relevância de ponderar sobre as relações que os grupos nativos estabelecem com os segmentos diversos dos Estados nacionais que lhes imputam limitações geográficas ao dividir arbitrariamente suas terras ancestrais. Destaque-se que os Guarani, um dos povos indígenas de população mais abundante na América do Sul, tem seus territórios tradicionais discricionariamente divididos, estando dispersos por várias fronteiras nacionais. Esta disseminação se traduz na sua localização involuntária em uma diversidade de países modernos, tais como Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia, dado o conseqüente cerceamento de sua mobilidade característica e, por fim, os experimentos dos agentes governamentais no intuito de integrá-los como cidadãos, homogeneizando populações inteiramente variantes entre si, não atentando para suas peculiaridades culturais.

No caso do Estado brasileiro, especificamente, a tentativa de converter todos os grupos étnicos presentes em território nacional na categoria genérica de índios brasileiros expressa a intenção de impor uma quimérica igualdade, de conotação nitidamente etnocêntrica, com o intuito, de, partindo da desqualificação do outro, converter todos os diferentes no arquétipo de ser humano ideal, laborando o desvanecer da heterogeneidade. A ponta do arco-íris é, pois a conformidade, a identidade nacional.

Assim, desconsiderar o contato, visto que está dado, implica em incorrer em extrema ingenuidade, sem, contanto, deixar de ter em conta a dinâmica Guarani, elemento crucial para apreciar eventuais conexões com qualquer entorno que se estabeleça. Esta proposição encontra respaldo no pressuposto de que a transformação histórica não é exclusividade da sociedade nacional. Para Castoriadis²⁶, as sociedades são intrinsecamente história, em outros termos, auto-alteração perpétua. A historicidade inerente às coletividades é revelada pela instalação de formas relativamente estáveis e pela sua explosão, o que demanda a criação de novas formas. Vale lembrar que cada sociedade tem uma maneira típica de se auto-alterar, fenômeno que pode ser definido como temporalidades diversas ou modos de ser distintos.

A auto-identificação decorre da habilidade da sociedade de se auto-alterar e sua análise pressupõe inquirir a respeito do contexto social no qual está inserido um grupo determinado. Ela resulta da

²⁶ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

influência exercida pelas interações com o exterior, ou mesmo com a memória do próprio coletivo em tempos e espaços distintos, manifestando-se na modificação do modo de viver da coletividade, expressa na interpretação e eventual adoção pela sociedade de características inerentes aos interlocutores ou, ainda, na mutação dos significados atribuídos aos componentes culturais ditos tradicionais. O amparo para as transformações sociais é proporcionado pelo mundo de significações, instituinte da e instituído pela sociedade num tempo anterior, que, por seu lado, sofre metamorfoses, quando posto em ação em face da vivência concreta dos indivíduos.

Neste sentido, assevera-se que a sociedade Guarani é dotada de uma temporalidade, ou seja, uma historicidade própria, o que pressupõe transformação. Auto-alterar-se, ou seja, ter ações ou significados sociais modificados não implica deixar de se auto-identificar como Guarani, ratificando-se que é a especificidade do mundo de significações de uma sociedade determinada que fornece as bases da mudança. A auto-alteração resulta das relações sócio-históricas internas ao mundo instituído por um grupo, compreendendo-se que todos os outros coletivos, eventos, contatos e objetos são incorporados ao mundo instituinte da sociedade e instituído pela sociedade, afinal o único existente para a mesma.

Esta concepção longe de ignorar o contato e sua interferência na comunidade estudada, manifestada, dentre outros fatores, por modificações sociais tão aparentes que é impossível ignorá-las, assevera que uma sociedade permanece a mesma em sua auto-alteração, cuja base é proporcionada pelo seu sistema de valores. O Guarani contemporâneo demonstra uma capacidade admirável na reconstrução de espaços dotados de peculiaridades análogas aos tekohá tradicionais²⁷. Conclui-se, outrossim, que o Oeste paranaense, desde tempos imemoriais, é terra de Guarani, ainda que a inexorabilidade do avanço da sociedade nacional esteja constantemente sujeitando-os a criações e recriações da sua espacialidade e do próprio território. Assim, este povo é hábil em interagir com as vicissitudes impostas pelos interlocutores que se sucedem, auto-alterando-se, mas sem deixar de se auto-identificar como Guarani.

O contato interétnico, assim, não representa desestruturação cultural, mas revela a envergadura de um povo, que, com base em padrões culturais específicos, mantém relações com outros distintos.

²⁷ MELIÀ, op. cit.

Ele elabora e adapta o exterior, transformando-se a partir da incorporação de hábitos e utensílios intrínsecos aos grupos em relação, revestidos de novos significados. A atuação do coletivo no seio do conflito da comunidade indígena com Itaipu reflete essa perspectiva.

As adaptações do modo de ser e de viver as contingências contemporâneas decorrem da instituição própria e original de uma sociedade, sopesando-se a efetividade de significações particulares para tal ou qual coletividade. A passagem do Guarani antigo ao contemporâneo se traduz em modificações e na manutenção de uma enorme quantidade de instituições através deste devir, entendidas como a “alteração essencial das significações que estas instituições trazem, fazem ser e mediante as quais elas mesmas são”²⁸. É como diz João Centurião: “nós somos índios Guarani, nós somos orgulhosos de ser, mas diferente de branco apenas porque falamos diferente, comemos coisas diferentes e nossos costumes são diferentes”²⁹.

Evidência desse processo de incorporação e significação do exterior pela sociedade indígena, ocorre quando os outrora espaços guaranis no Oeste paranaense são expropriados, tendo como consequência imediata seu confinamento em pequenas parcelas do antigo território tradicional. O coletivo indígena adapta seu modo de ser ao novo contexto na medida em que isto é viável. Prosseguem, pois, vivendo em aldeias relativamente distantes umas das outras, migrando ocasionalmente entre as mesmas, apesar dos lugares para fazerem seus roçados se tornarem cada dia mais escassos e a enorme quantidade de mata derrubada implique em que a natureza não seja mais tão pródiga em disponibilizar seus frutos. Portanto, há que se buscar alternativas para fazer sobreviver a comunidade, oferecendo-se eventualmente como trabalhadores temporários para os colonos da região, buscando complementar sua subsistência.

A partir do momento em que se concretiza a construção da Usina de ITAIPU, as interferências alógenas acentuam-se, aguçando-se, em compensação, a afirmação de uma identidade Guarani como forma de conquista de espaço político. É em função da formação do reservatório da Hidroelétrica que eles são realocizados em um terreno demarcado com o fim de configurar uma Área Indígena a ser habitada por índios

²⁸ CASTORIADIS, op.cit., p. 405.

²⁹ **Depoente:** CENTURIÃO, João. Idade: 85 anos. Data: 13.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: português e guarani. Tradução: Justino Duarte de Souza. Local: Casa do depoente na aldeia do *Oco'ÿ*. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

brasileiros, neste caso, pelos Mbɛ́á e Nãndeva situados no Oeste do Paraná. Por conta de uma série de equívocos, o espaço destinado a esses índios é insuficiente e problemático, levando-os a anos de mobilização no intuito de obterem mais terras apropriadas à concretização do seu modo de viver.

Tendo como suporte um universo de significações específico, eles interagem com os múltiplos segmentos que se sucedem na região, persistindo cada vez mais cientes e ciosos da sua auto-identificação étnica, mesmo que a sua vida em sociedade tenha sofrido transformações, tanto no fazer como no representar social. As metamorfoses não fazem com que o grupo deixe de consistir naquilo que diz ser, uma vez que a auto-alteração é elemento essencial de sua vivência, implicando na possibilidade de construir uma outra forma ou sentido do ser sociedade sem deixar de se auto-identificar como Guarani.

As estratégias de intervenção dos agentes governamentais, apesar de seus objetivos homogeneizantes, assumem certas particularidades segundo as circunstâncias determinadas, divergindo ainda o caráter das relações, tanto quanto os interlocutores com os quais os diferentes povos nativos mantêm intercâmbios, compondo contextos sócio-históricos característicos, dos quais decorrem coletivos indígenas que se auto-identificam de forma insólita.

Considera-se, por conseguinte, que a auto-alteração e, logo, a auto-identificação tem uma conotação circunstancial e relacional. Nesta acepção, a distinção étnica dos Guarani situados no Oeste paranaense na atualidade deve levar em conta, essencialmente, a rede de significados da sociedade e as contingências efetivamente vivenciadas pela mesma. Apenas com base nesses elementos é possível compreender o processo de fabricação e refabricação de sua unidade inclusiva, bem como de sua diferença em face dos outros com os quais interage ao longo do seu devir nestas terras.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. 1969. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. pp. 187-227.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I.
- CHMYZ, Igor (Coord.). **Projeto Arqueológico Itaipu: relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN, 1987. 7 vol.
- GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Porto Alegre: 1997.
- MELIÀ, Bartolomeu. “A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia”. **Revista de Antropologia**, n. 33, 1990. pp. 33-46.
- PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná**. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Tese de Doutorado.

ENTREVISTAS

Depoente: CENTURIÃO, João. Idade: cerca de 85 anos, Data: 13.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: português e guarani. Tradução: Justino Duarte de Souza. Local: casa do depoente na aldeia do Oco’ç. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: MARTINS, Fernando. Idade: cerca de 85 anos. Data: 13.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: guarani. Tradução: Justino Duarte de Souza. Local: próximo à casa do depoente na aldeia do Oco’ç. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: PEREIRA, Casimiro Tupanembi. Idade: 40 anos, Data: 01.06.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani,

Local: Posto da FUNAI, em Santa Rosa do *Oco'yj*, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: SOUZA, José Duarte de. Idade: 48 anos. Data: 06.07.2000. Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva. Idioma falado pelo depoente: português e guarani. Local: escola da Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ç*. Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

OUTROS DOCUMENTOS

Escritura. Título: Escritura pública de declaração. Assunto: Registro de conclusões de achados arqueológicos. Data: 06.02.1990. Registrada no 12º Tabelionato de Curitiba/PR. Dr. Epaminondas Faria de Macedo Filho. Emitente: Professor Doutor Igor Chmyz.

Laudos. Título: Laudo antropológico. Assunto: Laudo sobre a indianidade dos Guarani e legitimidade da reivindicação dos 1500 hectares. Data: 14.10.1995. Local: Rio de Janeiro. Emitentes: Rubem Thomaz de Almeida (antropólogo)/FUNAI/ITAIPU.

V A R I A
S C I E N T I A

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA VARIA SCIENTIA

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber